



Lazer e participação cívica e política de jovens do estado do Acre/Brasil

Lucicleia Queiroz

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
lucyqroz@hotmail.com

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
imenezes@fpce.up.pt

A ocupação do tempo livre através do lazer está relacionada com os aspectos educativos que contribuem para a compreensão e intervenção do novo mundo social, possibilidades de construção de uma cultura humanizada, socialização e princípios éticos sobre a sociedade. A educação formal e informal, tem grande importância para o desenvolvimento integral da juventude. A juventude é uma dimensão social que articula movimentos de práticas discursivas e de organização e segundo o documento da política nacional de juventude brasileira (2006), congrega cidadãos e cidadãs com idade entre 15 e 29 anos constituindo-se do maior contingente populacional no Brasil e no Acre. Grande importância tem sido dada ao tema pois tem sido observadas as relações entre essas atividades e questões que têm afetado a juventude. Este trabalho teve como objetivo investigar as políticas de lazer para a ocupação do tempo livre, participação cívica e política e inserção social através de atividades de educação informal. Utilizou-se a metodologia qualitativa, com pesquisa bibliográfica e de campo com entrevistas semiestruturadas que permitiu inferir que as políticas de juventude no Brasil, são fragmentadas, descontinuadas e burocratizadas, caracterizando-se pela execução de programas de interesse imediato fazendo com que haja uma grande separação entre o tempo de sua formulação e sua implementação. Os resultados apontam que o poder público deve ser criativo no desenvolvimento de oportunidades e das condições de participação de um conjunto cada vez maior de jovens, assegurando a pluralidade de manifestação da juventude. As oportunidades de participação e desenvolvimento da cidadania precisam ser ampliadas uma vez que a maioria da juventude acreana está excluída de quase todas as formas de participação incluindo as de lazer. O esporte e o lazer vem sendo tratados na esfera municipal e estadual sem articulação com os órgãos de juventude e com os setores de representação das comunidades e da escola. Como resultado das entrevistas encontramos um conflito nas respostas: para os gestores governamentais as políticas estão sendo concretizadas enquanto os jovens afirmam a ausência de instalações desportivas apropriadas, falta de programas desportivos, sociais e culturais e apoio e incentivo para a sua participação cívica e política e nas atividades de lazer.

Palavras-chave: lazer, juventude, participação.

No Brasil, na última década, as juventudes conquistaram uma boa posição na agenda social e política. Entidades juvenis locais e nacionais, Organizações Não Governamentais, Governos Municipais, Estaduais, Federal, Parlamentares, Igrejas e a Organização das Nações Unidas voltaram a pautar atenção e iniciativas destinadas às juventudes.

Esta conquista está diretamente ligada ao esforço empreendido por organizações como a Organização Ibero Americana para a Juventude, Organização das Nações Unidas e Governos dos Países em incluir na agenda a discussão, elaboração e concretização de políticas públicas para a juventude.

Políticas e programas para jovens sempre existiram, mas o entendimento de que é necessário um conjunto amplo e articulado de políticas que atendem para a singularidade e, ao mesmo tempo, para a pluralidade da juventude, tomada como um segmento específico, se estruturou mais recentemente. Esse entendimento é reflexo de profundas mudanças ocorridas nas últimas décadas. A juventude não se refere mais a uma breve passagem da vida infantil para a vida adulta, nem à possibilidade de vivê-la está reduzida a um pequeno segmento da sociedade. Como etapa do ciclo de vida, se alargou e comporta hoje múltiplas dimensões de vivência e experimentação, para além da formação para a vida adulta, adquirindo sentido em si mesma. Isso significa que a juventude deve ser considerada simultaneamente como um percurso para a inserção e emancipação social e como um tempo próprio para “viver a vida juvenil”. Pais (1998) Abramoway (2002).

Dados da literatura apontam que mais de 50% da humanidade tem menos de 25 anos de idade e vive em países em desenvolvimento. Estimam ser provável que nos próximos 35 anos, por volta de 95% do crescimento demográfico mundial aconteça na África, Ásia e América Latina. No Brasil, dados do IBGE de 2010, referente a faixa etária de 15 a 24 anos revelaram um total de 30 milhões e 420 mil jovens, cerca de 18% da população geral, sendo a maioria oriunda de famílias de baixa renda. Desses 30 milhões, 20.144% vivem na região norte do País. Barros et al. (2002), IBGE (2008), PNAD (2007).

Maior importância às atividades exercidas pelos adolescentes vem sendo dadas nos últimos anos, particularmente pela Organização Mundial de Saúde, pois tem sido observadas as relações entre essas atividades e diversas doenças crônico-degenerativas num futuro próximo, entre elas a hipertensão arterial, diabetes, obesidade, e os comportamentos de risco nocivos à saúde do próprio indivíduo ou de outrem.

Diante disso, com base em avaliações efetuadas pela Secretaria Nacional de Juventude, e dentro da nova gestão do governo brasileiro, diante dos resultados advindos da 1ª e 2ª Conferência nacional de juventude foi elaborada a política nacional de juventude em cujas proposições estão colocadas as ações das diferentes áreas de execução: educação, trabalho, saúde, cultura, lazer, esporte. Referem-se, portanto, a políticas universais, com um enfoque adequado às especificidades dessa fase da vida.

Assim, considerando que a juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa etária, que de acordo com o documento da política de juventude brasileira (2006), no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos, é necessário um entendimento mais amplo, de que ser jovem no Brasil contemporâneo é estar imerso, por opção ou por origem, em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Pais (2007) diz que os jovens são o que são, mas também são (sem que o sejam) o que deles se pensa, os mitos que sobre eles se criam. Esses mitos não refletem apenas a realidade, ajudam-na também a instituir-se como uma idealização ou ficção social. O importante é não se deixar contagiar por equívocos conceituais que confundem a realidade com as representações que a conformam ou dela emanam.

A juventude brasileira é fruto da sociedade brasileira e, em tempos de globalização e rápidas mudanças tecnológicas, deve ter condições, oportunidades e responsabilidades específicas na construção de um País justo e próspero. Assim sendo, não há como esquecer a necessidade da inserção social dessa juventude (CONJUVE 2006).

Essa inserção social da juventude, deve se dar a partir da formulação de políticas públicas que beneficiem todo um contingente que representa o futuro de um País ou mesmo do mundo. A ocupação do tempo livre dos jovens com atividades e atitudes saudáveis deve ser balizado pelo oferecimento de programas e propostas em especial na área do lazer. Todo esse investimento na juventude passa pela elaboração de políticas como por exemplo a



política pública brasileira de esporte e lazer cuja discussão tem recebido contínuas contribuições de pesquisadores das áreas de Educação Física e Desporto, Ciências Sociais, Ciência Política, Serviço Social, dentre outras.

Embora se admita a existência de atenção ao estudo do tema lazer e juventude, há que se ressaltar que o grande debate proposto pelas diferentes áreas dedica-se a recortes como trabalho e economia, podendo desembocar, inclusive, para setores como saúde e educação, mas não se projeta para o esporte e lazer o que demonstra uma lacuna relacionada aos estudos de políticas públicas voltados para esse setor. O estabelecimento de políticas para setores como trabalho e saúde parecem ser mais urgentes do que para o esporte e ou lazer. Suassuna, et all (2007), Spósito (2007), Bracht,(2003).

Em que pese a garantia dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer o que tem-se percebido é que o lazer continua a ser usado como um tema periférico na elaboração e execução das políticas governamentais. Pochmann e Amorim (2003), Bracht (2003), Azevedo (2007).

Uma análise dos termos lazer e educação tem sido feita por diversos estudiosos e ratifica a estreita vinculação, fundamentação e responsabilidade da educação para com o lazer e o mesmo do lazer para com a educação. Educar para o lazer não tem sido prioridade em muitas organizações, sejam elas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. A relação entre educação e lazer não tem sido bem compreendida entre as pessoas, e isso pode ter provocado um lapso de tempo importante no desenvolvimento de políticas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em nosso país. Azevedo(2007), Camargo(1989), França (2003), Bracht (2003).

Embora a educação e o lazer sejam ligados desde o início da civilização grega a visão atual por parte das escolas mudou nos últimos tempos onde pessoas vêem esses dois aspectos em contextos separados. Aristóteles considerava o lazer e o jogo como uma elevada forma para alcançar a excelência. Platão considerava o jogo como base para a educação. A mais popular definição de lazer diz respeito ao conceito grego de liberdade de obrigação e é visto como um período de tempos não obrigados ou tempo livre.

Dewey (1916) diz que a educação deve ter como responsabilidade maior fazer uma provisão adequada para o exercício do lazer, não só por uma questão imediata de saúde, mas por causa do seu efeito duradouro sobre hábitos de espírito. Quando assim se refere o autor enfatiza que o lazer restaura a energia e a revitalização do corpo e do espírito. Dewey defende educar as pessoas para uma vida equilibrada o que considera importante para o bem estar e a felicidade. Ele também apoia o jogo como sendo um aspecto importante para a educação.

A importância dos benefícios do lazer hoje, não são mais discutíveis. O que se discute é qual a melhor maneira de realizá-lo para que se alcance o bem estar das pessoas. O Manifesto Mundial da Educação Física, da Federação Internacional de Educação Física – FIEP ressalta que “A Educação Física deverá sempre constituir-se de práticas prazerosas para que possa criar hábitos e atitudes favoráveis nas pessoas quanto ao uso das diversas formas de atividades físicas no tempo para o lazer”. A Lei Nº 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, cita o lazer no momento em que reconhece o desporto na manifestação denominada desporto educacional ou seja, aquele que é praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

O Estado do Acre/Brasil, em que pese não ter ainda uma política estruturada para a juventude tem dado passos importantes para a construção de um novo lugar da juventude na



agenda local e nacional, de modo a que a juventude do Estado não seja mais vista como problema e sim como sujeitos de direitos.

Deste modo, tem empreendido esforços no sentido de se aliar ao movimento nacional de valorização dos jovens como agentes de maior contingente populacional a quem cabe o futuro do estado e da nação. Exemplo disso é a intensa participação e realização de eventos para a concretização da política nacional de juventude como se pode perceber na fala do Dirigente Estadual de Juventude:

Nós temos políticas de juventude na educação, na saúde, na segurança, no meio ambiente, temos os jovens pelo desenvolvimento sustentável, temos investimento no esporte, investimento na cultura, investimento na juventude... então, nós consolidamos e aparelhamos toda essa política de juventude dentro de todas as áreas do governo. Por isso é que nós somos uma assessoria de juventude. Tem séries de ações e programas que são coordenados por várias secretarias mas com a nossa supervisão, com a nossa orientação e os programas específicos que são coordenados pela própria assessoria.

O Estado do Acre conta também com uma coordenadoria de Juventude, a nível municipal que a exemplo do que acontece com a estadual é dirigida por um jovem idealista que deixa transparecer em sua fala toda a motivação do querer fazer pelo segmento jovem:

Meu grande sonho é assim: ver e conseguir olhar pra política de juventude. A gente tem que analisar referenciais teóricos que a gente não tem. No Brasil não tem nada na área... na Europa já tem muita gente, há congressos mundiais e tem muita gente falando desses projetos sobre a juventude. No Brasil, nós não temos isso ainda enraizado e acho que é uma oportunidade e nós, no Acre, eu acho que a gente pode dar um diferencial e principalmente com os jovens da Amazônia porque a realidade é totalmente diferente das outras regiões. Acho que era uma oportunidade fantástica!

1117

Pode-se perceber nas falas que há a preocupação em desenvolver programas mas não se constata nesses efetivamente ações de lazer e ocupação do tempo livre dos jovens acreanos com atividades que não sejam aquelas exclusivas da “inserção social”, grifo nosso, no entendimento deles. Por outro lado, percebe-se uma nítida dicotomia entre os grupos responsáveis pelas atividades de esporte e lazer e os representantes dos órgãos de juventude do estado e do município. Isto porque, o esporte e o lazer vem sendo tratados na esfera municipal e estadual de forma completamente independente e sem articulação com os órgãos de juventude assim como com os setores de representação das comunidades e da escola, lugares onde os jovens estão e estarão sempre.

Mais ainda se percebe essa dicotomia quando analisamos a fala de um jovem representante da juventude de uma das regionais de bairros reportando-se a concretização das políticas de juventude e das oportunidades de participação:

Lindo lá no papel, é como eu sempre falo, quando os encontro: é muito lindo colocar as coisas no papel, eu quero vê é lá na prática, é em colocar em ação! eu cheguei foi pra ele e disse: eu não estou vendo nenhuma política lá no meu bairro que é pequeno, imagina na minha regional, como é que vocês dizem que estão trabalhando, que são isso... Ah! Mais tu fala de mais! Falo, e eu coloco é lá no facebook, escrevi uma carta e mandei pro TV, mandei pro DE, mandei pro OAS, mandei pra todas as pessoas, pedindo políticas, e deixei lá, publiquei foi pra todas as pessoas da minha rede de amigos veem a necessidade de políticas públicas pro meu bairro.



O município de Rio Branco, segundo fonte da Prefeitura Municipal e do órgão de representação das associações de moradores,(UMARB) conta hoje com 167 bairros, divididos em 7 regionais agrupadas de acordo com a localização. Cada bairro é dirigido por uma diretoria que é eleita pela comunidade e cada regional é composta por um conselho que tem como finalidade atuar como órgão consultivo e deliberativo, debater e articular a participação das suas comunidades nas políticas públicas da cidade. De acordo com informações do presidente da UMARB, estes conselhos são compostos por 27 membros efetivos e mais 27 suplentes, eleitos por votação. As Regionais se reúnem anualmente entre si no Fórum do Município e são representadas por 12 segmentos das comunidades a saber: Representantes dos religiosos; dos comerciantes/empresários; Comunidades de afro-descendentes; da juventude/grupos organizados; das mulheres/grupos organizados; da cultura, arte e esporte; das escolas; da saúde; das lideranças tradicionais não formais; Daimistas; das Associações de moradores; das Entidades: União Municipal das Associações de Moradores de Rio Branco (UMARB); Centro de Defesas dos Direitos Humanos e Educação Popular (CDDHEP) e Rede Acreana de Mulheres e Homens.

Provavelmente a criação de oportunidades de lazer e de participação cívica e política dos jovens na sociedade em que convivem ratifica a afirmação de Menezes (2010) quando diz que:

se se admite que a promoção da participação cívica e política das pessoas é essencial para a qualidade da cidadania, a consequência é reconhecer que a intervenção sócio-educativa, neste domínio junto de grupos, instituições e comunidades é um projeto ele próprio, politicamente comprometido.

Menezes (2007) reportando-se a participação de jovens, enfatiza que a participação juvenil está em crise no duplo sentido em que formas convencionais de envolvimento político estão em recessão, ao mesmo tempo que novas maneiras de envolvimento na cidade estão em expansão. A autora faz referencia a diversos trabalhos que revelam os dados nacionais de Portugal, onde a participação tende a decorrer preferencialmente em associações de tipo “desportivo, cultural e recreativo,” e de solidariedade social ou religioso” tanto para os jovens como para os adultos.

Segundo Rua (1998), as políticas públicas em geral, e especificamente as políticas juvenis, no Brasil, são fragmentadas, estão à mercê da competição interburocrática, padecem da descontinuidade administrativa e agem em resposta a certas ofertas e não a demandas específicas.

Apesar de tudo, nos últimos sete anos o tema da juventude foi enfim inserido na agenda pública, no Brasil, especialmente no reconhecimento de problemas que mais diretamente afetam os jovens: saúde, violência e desemprego, e na consideração do jovem como protagonista ativo na implementação destes programas. Vale ressaltar que lamentavelmente não se tem nenhum diagnóstico sobre a utilização do tempo livre dos jovens que tenha subsidiado as propostas das políticas nacional e estadual. Quando assim nos pronunciamos, queremos enfatizar que grande parte dos estados brasileiros, e em particular o estado do Acre, tem desenvolvido por certo alguns programas oriundos do Governo federal como o PROJÓVEM, o PELC o programa Segundo Tempo de uma forma ainda longe de atender as necessidades básicas de ocupação do tempo livre e oferecimento de lazer saudável da grande maioria de população jovem do Estado.

Finalmente, constatamos que os processos inerentes a gestão de políticas públicas de esporte e lazer e participação cívica e política no Estado do Acre seguem o que acontece ou é proposto pelo Governo Federal. Não existem ações específicas do Governo local. Como



resultado das entrevistas encontramos um conflito nas respostas: para os gestores governamentais as políticas estão sendo concretizadas enquanto os jovens afirmam a ausência de instalações desportivas apropriadas, falta de programas desportivos, sociais e culturais e apoio e incentivo para a sua participação cívica e política e nas atividades de lazer.

Referências bibliográficas

Abramovay, Miriam (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID.

Abrantes, Pedro. (2011). A escola e o lazer: Universos distintos. In José Machado Pais; Rene Bendit & Vitor Sergio Ferreira (Orgs), *Jovens e rumos* (pp. 101-111). Lisboa: ICS.

Camargo, Luiz Otávio Leite (1989). *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense.

Castro, Jorge Abrahão; Aquino, Luzeni Maria & Andrade, Carla Coelho (Orgs) (2009). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA.

Dewey, John (1916). *Democracia e educação*. New York, NY: Macmillan.

Dumazedier, Jofre (1999). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.

Elias, Norbert & Dunning, Eric (1992) *A busca pela excitação*. Lisboa: Difel.

França, Tereza Luisa (2003). Educação para e pelo lazer. In N. C. Marcelino (Org.), *Lúdico educação e educação física* (pp. 33-47). Brasil: ed. Ijuí.

Gomes, Chistianne Luce (Org.) (2004). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

IBGE (2010). *Censo 2010*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>.

Menezes, Isabel (2007) *Facts or just news? European youth and media literacy as a challenge to civic education*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Menezes, Isabel (2010). *Intervenção comunitária: Uma perspectiva psicológica* (2.^a ed.) Porto: Legis Editora.

Menezes, Isabel (2011). Da (inter)acção como alma da política: Para uma crítica da retórica “participatória” nos discursos sobre os jovens. In José Machado Pais; Rene Bendit & Vitor Sergio Ferreira (Orgs), *Jovens e rumos* (pp. 333-351) Lisboa: ICS.

Pais, José Machado (2001). *Ganchos tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro*. Porto: AMBAR.

Pais, José Machado (1996). *Culturas juvenis*. Lisboa: INCM.

Pais, José Machado; Cairns, David & Pappamikail, L. (2005). Jovens europeus: Retrato da diversidade. In *Tempo social*, 17(2), 109-140.

Pais, José Machado; Bendit, Rene & Ferreira, Vitor Sérgio (Orgs) (2011). *Jovens e rumos*. Lisboa: ICS.

Rua, Maria das Graças (1998). *As políticas públicas e a juventude dos anos 90*. Brasília: CNPD.



Sposito, Marília Pontes (2003). *Os jovens no Brasil: Desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.

Sposito, Marília Pontes (2007). *Espaços urbanos e tempos juvenis: Um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas do Brasil*. São Paulo: Global.

